

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Marcello Casal Jr/Agência Brasil

Pescador artesanal será contemplado com medida

Governo simplifica crédito rural a populações tradicionais

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou mudanças no Manual de Crédito Rural (MCR) para simplificar e agilizar a concessão de financiamento a populações tradicionais, extrativistas e pescadores artesanais. Entre os principais ajustes, o CMN definiu que o recibo de inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR), necessário para o pedido de crédito em unidades

de conservação, deve ser emitido pelo órgão responsável pela gestão da área e incluir o nome do solicitante como integrante das famílias beneficiárias da área protegida. Para comunidades que vivem ou usam unidades de conservação (Reserva Extrativista, Floresta Nacional e Reserva de Desenvolvimento Sustentável) a exigência de constar no cadastro foi dispensada.

ICMBio

Para não cumprir a exigência de apresentar o CAR, o nome do solicitante deve estar incluído na relação oficial de famílias beneficiárias, divulgada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e acessível às instituições financeiras.

Adequação

O Ministério da Fazenda informou que as alterações do CMN buscam adequar as exigências do crédito rural à realidade dessas comunidades, considerando formas de ocupação e uso sustentável dos recursos naturais, conforme a legislação ambiental.

Botijão de gás será mais acessível às famílias

Começa credenciamento de revendedoras de gás

A Caixa Econômica Federal iniciou a etapa de adesão das revendedoras de gás de cozinha (GLP) ao programa Gás do Povo, iniciativa do governo federal que vai garantir a gratuidade na recarga de botijões para famílias de baixa renda. Cerca de 60 mil empresas em todo o país podem se cadastrar para participar.

Famílias

Caixa fará adesão das revendedoras e a distribuição do benefício às famílias selecionadas pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). O pagamento será feito de forma eletrônica, no momento da compra, sem intermediários.

Substituição

O Gás do Povo substituirá gradualmente o Auxílio Gás, criado em 2021, com o objetivo de ampliar o acesso ao gás de cozinha e garantir dignidade e segurança alimentar às famílias mais vulneráveis. O programa deve alcançar cerca de 50 milhões de pessoas em todo o país.

Prazo

As revendedoras credenciadas devem permanecer no programa por no mínimo três meses e estão proibidas de cobrar taxas adicionais. A gestão e o monitoramento das vendas participantes ficarão a cargo do Ministério de Minas e Energia.

CadÚnico

Terão direito ao benefício famílias inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), com renda per capita (por pessoa) de até meio salário mínimo, e cujo cadastro tenha sido atualizado nos últimos 24 meses. A concessão do benefício dependerá da disponibilidade orçamentária.

Fazenda fará projetos para compensar rejeição de MP

Objetivo do governo é garantir equilíbrio do Orçamento de 2026

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Durigan: propostas serão reapresentadas em forma de dois projetos de lei

O governo federal pretende recuperar o impacto financeiro da Medida Provisória (MP) 1.303, rejeitada pelo Congresso, por meio de novos projetos de lei que devem gerar os mesmos R\$ 31,75 bilhões previstos originalmente para o Orçamento de 2026. A informação foi confirmada pelo secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, durante evento sobre Direito Constitucional promovido pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Segundo Durigan, as propostas serão reapresentadas em forma de dois projetos de lei: um voltado ao aumento de receitas e outro à redução de benefícios fiscais e de gastos. Ele explicou que os textos poderão ser apensados a projetos já em tramitação no Congresso Nacional.

A MP 1.303 previa R\$ 20,87 bilhões em receitas e R\$ 10,69 bilhões em economia de despesas. Com a rejeição da medida, o governo busca alternativas legislativas para assegurar o cumprimento da meta fiscal e o fechamento do Orçamento de 2026.

Durigan destacou a urgência da aprovação das propostas ainda em 2025, citando o princípio da anualidade, que determina que alterações tributárias só podem entrar em vigor no exercício seguinte à sanção. “Precisa ser aprovado este ano. Não só por isso [anualidade],

como para constar da lei orçamentária, que tem que ser aprovada até o fim do ano”, afirmou.

Déficit zero

Durigan reforçou que, mesmo sem a MP 1.303 em vigor, o governo mantém a meta de déficit zero para 2025. Ele também afirmou que o governo busca alternativas para preservar a credibilidade das contas públicas.

“Quando a gente não tem mais no mundo a MP 1.303, a gente tem que olhar para as substituições, até para conseguir dar condições para o Congresso aprovar a lei orçamentária nas condições que a gente apresentou, com um único sentido: retomar a credibilidade das contas públicas e melhorar o cenário fiscal do país”, concluiu.

Tributação sobre bets e fintechs

Um dos textos, já em fase final de elaboração, deve tratar da elevação de receitas, incluindo aumento da tributação sobre fintechs, apostas eletrônicas (bets) e juros sobre capital próprio (JCP). O outro, voltado à revisão de gastos, poderá ser incorporado a propostas já em tramitação, como as apresentadas pelo deputado Mauro

Benevides (PDT-CE) e pelo senador Esperidião Amin (PP-SC).

Durigan afirmou ainda que o governo avalia se enviará um novo projeto ou se aproveitará textos que já estão em análise no Congresso. No entanto, destacou que essas medidas por si só não garantem cortes efetivos de gastos.

PLP 182

Segundo Durigan, a equipe econômica aposta no Projeto de Lei Complementar (PLP) 182/2025, que prevê revisão periódica e corte efetivo de benefícios fiscais, mecanismo considerado essencial para assegurar uma economia real e maior controle sobre os gastos tributários. Com potencial de cortar R\$ 19,6 bilhões de incentivos fiscais

em 2026, a proposta foi protocolada no mesmo dia do projeto do Orçamento de 2026.

“É possível que a gente agree desde um corte de benefício concreto, efetivo, que pode ganhar dentro do debate legislativo elementos adicionais, em que a gente garanta a efetividade da política, mas também um mecanismo de revisão periódico”, explicou o secretário.

Voa Brasil atinge 50 mil reservas

Jürgen Mayrhofer/Arquivo Secom



Programa é destinado a aposentados do INSS

O programa Voa Brasil atingiu 50 mil reservas efetuadas desde seu início, número suficiente para ocupar totalmente cerca de 350 aeronaves de passageiros. Sem uso de recursos públicos, o programa oferece passagens aéreas de até R\$ 200 a aposentados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que não viajaram nos últimos 12 meses. As passagens são disponibilizadas pelas companhias aéreas em assentos ociosos e baixa temporada, exclusivamente pelo site gov.br/voabrasil. A reserva número 50 mil, segundo levantamento do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), foi efetuada para o trecho São Paulo/Brasília e ocorreu por volta de meio dia. “Nosso objetivo sempre foi a inserção social, a ampliação do número de pessoas no transporte aéreo. E este é um número para se comemorar, pois estamos permitindo que pessoas que não

voam há pelo menos um ano ou que nunca voaram tenham a oportunidade de rever parentes, conhecer seus netos ou simplesmente fazer turismo, o que acaba também movimentando a economia local”, afirmou o ministro Silvio Costa Filho.

Até o momento, o Voa Brasil

movimentou 88 aeroportos de 86 cidades de todas os estados do país. Sudeste (43%) e Nordeste (40%) continuam sendo as regiões mais procuradas, com 20 e 21 municípios atendidos respectivamente. Centro-Oeste (8%), Sul (5%) e Norte (3%) completam a pro-

grama por região, movimentando respectivamente aeroportos de 9, 21 e 15 cidades.

“Na movimentação geral em 2024, o percentual de passageiros que procura o Nordeste é de 20%. Os números do Voa Brasil indicam que a região está sendo bem procurada pelos aposentados, pois atinge 40% das reservas efetuadas”, comentou Daniel Longo, secretário Nacional de Aviação Civil, lembrando que recentemente houve uma alteração na segurança da plataforma que permitiu o acesso de aposentados do nível bronze, que até então não conseguiam efetuar suas reservas.

As 10 cidades mais procuradas pelos aposentados foram São Paulo (13.950 reservas), Rio de Janeiro (4.020), Recife (3.900), Brasília (3.291), Fortaleza (3.051), Salvador (2.957), Maceió (1.713), João Pessoa (1.709), Belo Horizonte (1.505) e Campinas (1.450).

Economia extra de R\$ 27,1 bilhões

A perda de validade da medida provisória que tributaria investimentos, bets e fintechs e o crescimento do déficit das estatais dificultarão o cumprimento das metas fiscais deste ano, alertou a Instituição Fiscal Independente (IFI). O órgão constatou que o governo precisará realizar um esforço fiscal adicional de R\$ 27,1 bilhões no último trimestre do ano.

O cálculo considera as deduções legais, como precatórios

e outros abatimentos, além da tolerância de 0,25% do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao centro da meta, conforme estabelece o novo arcabouço fiscal. Dessa forma, o governo precisará economizar R\$ 27,1 bilhões de outubro a dezembro para alcançar o limite mínimo da meta fiscal.

Segundo o arcabouço fiscal e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025, o governo terá de encerrar o ano com

deficit primário zero, podendo chegar a um resultado negativo de R\$ 31 bilhões, considerando a margem de tolerância de 0,25% do PIB.

Política fiscal

Órgão técnico vinculado ao Senado Federal criado em 2016, a IFI acompanha e avalia a política fiscal do governo federal de forma autônoma e transparente. Segundo o Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF) 105,

o cenário fiscal se agravou devido à piora do déficit primário das empresas estatais e à perda de eficácia da Medida Provisória nº 1.303/2025, cuja tramitação foi interrompida em 8 de outubro.

Na abertura do relatório, os diretores da IFI Marcus Pestana e Alexandre Andrade destacaram que o desafio de reequilibrar as contas públicas permanece como prioridade nacional.